

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Segunda Emissão do

BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 08.389.335/0001-55

Código ISIN das Quotas: BRBORLCTF008

Administração e Distribuição



BOREAL DISTRIBUIDORA de TÍTULOS e VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Distribuição pública de 1.350 (hum mil e trezentas e cinquenta) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do Boreal Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando:

R\$ 1.035.369,00

(um milhão, trinta e cinco mil e trezentos e sessenta e nove reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391/2003"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo a seus quotistas, por meio de investimentos, diretos e/ou indiretos, em valores mobiliários, tais como, ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM e que, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos neste Prospecto (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenada pela Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.280.184/0001-51, na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"). A Segunda Emissão é composta por 1.350 (hum mil e trezentas e cinquenta quotas) Quotas com preço inicial de emissão de R\$ 766,94 (setecentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos) cada uma, totalizando a Segunda Emissão o montante equivalente a até R\$ 1.035.369,00 (um milhão, trinta e cinco mil e trezentos e sessenta e nove reais).

O Fundo foi constituído em 23 de outubro de 2006, por ato único do Administrador, sendo que seu regulamento, conforme aditado, foi registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 19 de março de 2008, sob n.º 714.416 ("Regulamento"). A Segunda Emissão foi deliberada pela Assembleia Geral de Quotistas realizada em 13 de março de 2008, cuja ata foi registrada no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 19 de março de 2008, sob n.º 714.416. A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400/03").

Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à

composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 18 a 20.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

A data deste Prospecto é 24 de março de 2008

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta	12
Negociação das Quotas	14
Custos de Distribuição Pública das Quotas	14
Outras Informações	15
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	16
Declaração do Administrador	17
3. FATORES DE RISCO	18
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	19
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	19
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	19
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	20
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	20
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	20
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	20
Outros Riscos	20
4. BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	21
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	22
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	22
Administração e Gestão do Fundo	22
Prestadores de Serviço do Fundo	23
Objetivo do Fundo	24
Investimentos do Fundo	24
Período de Investimento para a Formação da Carteira	26
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	27
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	31
Demonstrações Contábeis e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	33
Inadimplência dos Quotistas	33
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	34
Assembléia Geral de Quotistas	35
Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses	35
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	36
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	37
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	38
Atendimento aos Quotistas	41

5. ANEXOS

42

Anexo I - Cópia do Instrumento Particular de Constituição do Fundo.....	43
Anexo II - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que aprovou a alteração do Regulamento e a realização da Segunda Emissão de Quotas do Fundo.....	44
Anexo III - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	45
Anexo IV - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03	46

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.280.184/0001-51
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Opinião RT Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alfândega, n.º 115, 4º andar, GR 405, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.912.825/0001-70
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
Chamadas de Capital	Hipóteses em que os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização, parcial ou total, das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, na medida em que o Fundo (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Companhia(s) Investida(s)	Qualquer companhia cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo

Companhias Fechadas	Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas, por meio do qual o investidor se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou de Novas Quotas por ele subscritas
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
Custodiante	Na data deste Prospecto, o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar, Jabaquara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição e Integralização	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM
Emissão	Cada uma das emissões de Quotas do Fundo
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
Novas Quotas	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão
Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado,

	regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais, no limite de até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo
Paraíso Fiscal	País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade
Partes Relacionadas ao Administrador	São quaisquer das seguintes pessoas relacionadas ao Administrador: (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima detenham participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente
Patrimônio Autorizado	Patrimônio autorizado do Fundo na data deste Prospecto, correspondente a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)
Patrimônio	O patrimônio do Fundo, formado por Quotas de uma única classe.
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível

Período de Investimento	Período de investimento do Fundo em Valores Mobiliários que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 4 (quatro) anos
Preço de Emissão	O preço unitário de emissão das Quotas do Fundo, na primeira data de emissão, sendo o Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão correspondente a R\$ 766,94 (setecentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos)
Preço de Integralização	Preço de integralização das Quotas do Fundo, correspondente ao valor da Quota na data da integralização
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, composta por 41.000 (quarenta e uma mil) Quotas, o montante equivalente a R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais)
Prospecto	Este prospecto
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, sendo as Quotas da Primeira Emissão do Fundo em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo.
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Resolução n.º 2.689/00	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, datada de 26 de janeiro de 2000
Segunda Emissão	Segunda emissão de Quotas do Fundo, composta por até 1.350 (um mil e trezentas e cinquenta) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$ 1.035.369,00 (um milhão, trinta e cinco mil e trezentos e sessenta e nove reais)
Taxa de Administração	Remuneração devida ao Administrador pelos serviços de administração e gestão do Fundo, correspondente a um percentual fixo ao ano,

conforme consta da Cláusula Quinze do Regulamento

Termo de Adesão

Termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco

Valores Mobiliários

Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações emitidos pelas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído neste Prospecto, bem como no Regulamento.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administrador do Fundo.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Segunda Emissão

A Segunda Emissão é composta por 1.350 (hum mil e trezentas e cinquenta) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

2.1.5. Preço de Emissão e Valor Total da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 766,94 (setecentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos) por Quota, sendo que o valor total da Oferta corresponde a R\$ 1.035.369,00 (um milhão, trinta e cinco mil e trezentos e sessenta e nove reais).

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, na medida em que o Administrador (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, sendo que o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, mediante Chamada de Capital.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início no jornal "Diário Mercantil".
Forma de Divulgação de Informações relacionadas à Oferta	Todas as informações relacionadas à Oferta que não estejam contempladas no Regulamento, neste Prospecto e no Anúncio de Início e demais documentos relativos ao Fundo serão publicadas no "Diário Mercantil", periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04.
Subscrição e Integralização de Quotas	No ato de subscrição das Quotas, o subscritor: (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste

	<p>Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM. O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.</p>
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	<p>O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, em publicação do "Diário Mercantil do Rio de Janeiro", notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.</p>
Modificação ou Revogação da Oferta	<p>O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no "Diário Mercantil", notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.</p>
Divulgação do Resultado da Oferta	<p>O resultado da Oferta será divulgado ao término da mesma, que deverá ocorrer na data em que a totalidade das Quotas da Segunda Emissão tiver sido subscrita ou na Data de Encerramento para Subscrição das Quotas da Segunda Emissão, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação de anúncio de encerramento no "Diário Mercantil", utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.</p>

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesse mercado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento da taxa de registro da Oferta perante a CVM, da taxa de registro da Assembléia Geral de Quotistas e do Regulamento no Registro de Títulos e Documentos ("RTD"), das publicações relativas à Oferta, dos honorários dos consultores legais, o Administrador não incorreu em outros

custos relacionados à distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão. Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas da Segunda Emissão. Nesse sentido, a tabela abaixo indica os valores de todos os custos incorridos com a Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta*
Despesas de Registro na CVM	6.626,37	0,006
Publicações**	15.000,00	0,015
Total	21.626,37	0,021

* Valores aproximados, limitados a 3 (três) casas decimais

após a vírgula

** Valor estimado

Custo Unitário de Distribuição

Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)
766,94	16,02

* com base no Preço de Emissão na Data de Emissão

Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)
1.035.369,00	21.626,37

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes e do Custodiante somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas da Segunda Emissão.

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205

Jardim Botânico, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2107.3737

Fax.: (21) 2107.3727

Correio Eletrônico: sergio@boreal.com.br

Website: www.boreal.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares
São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
Rio de Janeiro – RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar
São Paulo – SP

Website: www.cetip.com.br

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor e Dr. André Costa De Vita

Tel.: (11) 3147-7822

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br/acdevita@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações contábeis do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Opinião RT Auditores Independentes
Rua Alfândega, n.º 115, 4º andar, GR 405

Centro – Rio de Janeiro

At.: Sr. Antonio Ranha

Tel.: (21) 2221-3895

Fax: (21) 2221-3895

Website: www.opiniaoauditores.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Segunda Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Ronaldo Borges, na qualidade de diretor estatutário do Administrador, e Sérgio Santos de Andrade Dias, na qualidade de procurador do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento, sendo que estas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e na Cláusula Quatro do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, e poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, bem como dos setores econômicos de atuação de tais Companhias Investidas.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Boreal Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos no Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 8 (oito) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado por um período adicional de até 2 (dois) anos, mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o disposto no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado e gerido pela Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.280.184/0001-51.

O diretor do Administrador responsável civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Ronaldo Borges, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 022118-0 CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 093.301.197-00.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

4.3.2. Renúncia e Destituição do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição (observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste parágrafo, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

O Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia, o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar, Jabaquara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Opinião RT Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alfândega, n.º 115, 4º andar, GR 405, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.912.825/0001-70, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações contábeis e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, por meio de investimentos, diretos e/ou indiretos, em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM e que, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos neste Prospecto e no Regulamento.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

4.6. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Administrador, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Caso o Fundo deseje investir em Companhias Fechadas, estas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos

de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e

- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações contábeis auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

4.6.1. Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e
- (ii) Outros Ativos.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo devem ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e
- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador convocará imediatamente Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre

(i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

4.7. Período de Investimento para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 4 (quatro) anos. Durante o Período de Investimento, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam os critérios descritos no Regulamento, mediante decisão e orientação do Administrador.

Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

4.7.1. Novos Aportes de Recursos

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão do Administrador, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos:

- (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Administrador e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; ou
- (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Sem prejuízo do disposto acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo.

Na hipótese de o Administrador entender necessária a aprovação de novas Emissões, após a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembléia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.8. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.8.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, pelo Custodiante.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.8.2. Patrimônio e Patrimônio Autorizado do Fundo

O Patrimônio do Fundo é formado por Quotas de uma única classe, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

O patrimônio autorizado do Fundo corresponderá a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

4.8.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.8.4. Direito de Voto

Todas as Quotas têm direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.8.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada Emissão será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que

venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas, mediante observância do disposto no Regulamento.

Emissões de Quotas do Fundo após a Segunda Emissão de Quotas do Fundo, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, ao passo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum disposto no Regulamento.

O preço de emissão das Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas, nos termos do Compromisso de Investimento que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.8.6. Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

4.8.7. Integralização das Quotas

As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Administrador (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o

aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item "Integralização das Quotas" e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" acima.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

4.8.8. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesse mercado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 4.8.5. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso

de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão, reciprocamente, o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas. Neste caso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) caso algum dos Quotistas (o "Quotista Alienante") deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade, o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas, por escrito, com cópia para o Administrador, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro como contraprestação à referida alienação de Quotas, além do nome e qualificação de tal terceiro comprador;
- (ii) observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" acima, os demais Quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no inciso anterior, para, alternativamente, e por meio de comunicação por escrito ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, (a) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a compra e venda das Quotas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Compra") ou (b) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para venda de suas Quotas em conjunto com as Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a venda de suas Quotas e das Quotas objeto da proposta de venda, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Venda"). Havendo vários Quotistas interessados, a quantidade de Quotas que cada um terá o direito de adquirir ou vender, conforme o caso, será proporcional à participação total dos Quotistas interessados no Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) a falta de manifestação por qualquer dos outros Quotistas nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele(s) Quotistas, de que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe para aquisição ou venda das Quotas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação a um terceiro, dentro de um prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos outros Quotistas. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas (dentre os inicialmente comunicados aos outros Quotistas e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante

e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas;

- (iv) a partir do momento em que todos os Quotistas declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro do prazo de 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira; e
- (v) transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iii) acima, sem que as Quotas tenham sido alienadas, e continuando o Quotista Alienante interessado na transferência, deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

4.9. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de

amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional; ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.10. Demonstrações Contábeis e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.11. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento (o "Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas) até que as suas obrigações tenham

sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. do Regulamento, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no parágrafo acima.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

4.12. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

Durante ou até o último dia útil do Período de Desinvestimento, a liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Administrador, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou

- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item "Condições de Amortização e Resgate das Quotas".

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.13. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Nove do Regulamento.

4.14. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no inciso (i) do parágrafo acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata este item será feita no jornal Diário Mercantil, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e

(d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (*CVMweb*), as informações previstas neste item, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos estabelecidos no Regulamento e na regulamentação aplicável.

4.16. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.16.1. Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma Taxa de Administração equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado no último dia útil de cada mês de acordo com a Cláusula Doze do Regulamento, a qual será provisionada mensalmente e será paga ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

4.16.2. Outros Encargos

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas de qualquer valor inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas de qualquer valor com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.17. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo

qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.17.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689/00 estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base (i) a residência dos Quotistas (a) no Brasil, e (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação, quais sejam (a) a cessão ou alienação de Quotas, (b) o resgate de Quotas, e (c) a amortização de Quotas.

I. Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em Paraíso Fiscal.

Se não residentes em Paraíso Fiscal, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40,00% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40,00% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

Se residentes em Paraíso Fiscal, os Quotistas não se beneficiam do tratamento descrito no parágrafo acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.17.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

4.18. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205

Jardim Botânico, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2107.3737

Fax.: (21) 2107.3727

Correio Eletrônico: sergio@boreal.com.br

Website: www.boreal.com.br

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento Particular de Constituição do Fundo

1604904

BOREAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/MF n.º 30.280.184/0001-51

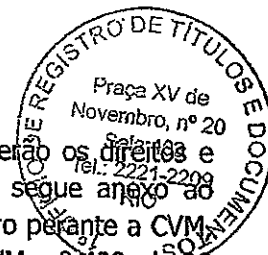


**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Por este instrumento particular, a **Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.280.184/0001-51, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
 - a. Constituir um fundo de investimento em participações nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003 ("Instrução CVM n.º 391/03"), conforme alterada, em regime de condomínio fechado, que será denominado Boreal Fundo de Investimento em Participações ("Fundo");
 - b. Aprovar o Regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
 - c. Nomear o Sr. Ronaldo Borges, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 022118-0 CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 093.301.197-00, domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
 - d. Assumir as funções de administração, gestão, controladoria e escrituração de quotas do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Banco Itaú S/A, para ser responsável pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo; e (ii) BKR – Lopes, Machado Auditores S/C, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;
 - e. Deliberar sobre a primeira emissão do Fundo, composta de até 41.000 (quarenta e uma mil) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas ora emitidas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando a emissão o valor de até R\$

MPY


[Signature]




41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado (que segue anexo ao presente instrumento), a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP; e

- f. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 391/03 para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao registro do Fundo e da primeira emissão de quotas do Fundo.
2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.


Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2006.


Nome: Ronaldo Borges
Cargo: Diretor Executivo


Nome: Sérgio Santos de Andrade Dias
Cargo: Procurador



1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CO-RON SOB O Nº.
1604904

Rio de Janeiro, 24/10/2006

[] - Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[] - Geraldo L. Miranda B. Jr.
ICTPS 768956/022 - 1o. Of. Subst.
[] - Carlos de Souza
ICTPS 768956/095 - 2o. Of. Subst.
[] - Bernardino Carvalho
ICTPS 89896/082 - 3o. Of. Subst.
[] - Kleber Calmon Hirdes
ICTPS 93043/128 - 4o. Of. Subst.

ANEXO II AO PROSPECTO

**Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que aprovou a alteração do Regulamento
e a realização da Segunda Emissão de Quotas do Fundo**

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ
BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF n.º 08.389.335/0001-55

Ata da Assembléia Geral de Quotistas
realizada em 13 de março de 2008

DATA, HORA E LOCAL: Aos 13 dias do mês de março do ano de 2008, às 9:00 horas, na sede do Administrador do Fundo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Boreal Fundo de Investimento em Participações ("Quotistas" e "Fundo", respectivamente) nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Ronaldo Borges; Secretário: Sérgio Santos de Andrade Dias. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a Segunda Emissão (conforme abaixo definido); (ii) alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento"); (iii) aprovar a nova versão do Regulamento; e (iv) autorizar a adoção das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de emissão de novas quotas e alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **DELIBERAÇÕES:** Os Quotistas aprovaram, de comum acordo e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (i) realizar a segunda emissão de quotas do Fundo, composta por 1.350 (hum mil e trezentas e cinquenta) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo ("Quotas"), com preço unitário de emissão, na data desta deliberação, correspondente a R\$ 766,94 (setecentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos), perfazendo o montante total de R\$ 1.035.369,00 (um milhão, trinta e cinco mil e trezentos e sessenta e nove reais) ("Segunda Emissão"), observado, ainda, que as Quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado e serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. A Segunda Emissão será objeto de registro de distribuição pública perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável; (ii) alterar o Regulamento, inclusive para refletir a realização da Segunda Emissão; (iii) aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa a este instrumento de deliberação; e (iv) a adoção das medidas cabíveis para submeter a presente deliberação, que aprovou a realização da Segunda Emissão e a alteração do Regulamento, à aprovação da CVM, assim como os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável para a concessão do registro de distribuição pública das Quotas. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia Geral de Quotistas com a lavratura da presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Estando assim deliberado este instrumento, vai a presente assinada em 3 (três) vias de igual teor e forma. Presidente: Ronaldo Borges, Secretário: Sérgio Santos de Andrade Dias. Quotistas: [WPB]

Custas R\$
Total 220,22

714416-5ºRTD



Emitido em 19/03/2008 às 10:53:00 por 10753-Ma 8.01-Ac 6.14-Fundop 7.827-Fundop 7.5
Registado no Livro de Registro e Digitalizado em 18/03/08

19 MAR 08 714416

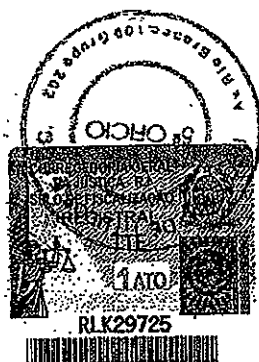
REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Participações e Empreendimentos S/A, Zuleika Borges Torrealba]. A presente é cópia fiel da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, realizada em 13 de março de 2008, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2008.


Ronaldo Borges
Presidente


Sérgio Santos de Andrade Dias
Secretário



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Plo de Janeiro Tel.: 2507-8197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data declarados à margem. **QUE SE CERTIFICO.**

☐ Durval Hale
Oficial Titular
Ato Exec. 1856/98 TJ

☐ Paulo André M. da Costa
2º Escrevente Substituto
CTPS 8201 Série 053

☐ Aurora I. Hale
3º Escrevente Substituto
CTPS 40371 Série 121

☐ Fabiano Alves Barbosa
3º Escrevente Substituto
CTPS 013782 série 91

ANEXO III AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ
**REGULAMENTO DO
BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

**CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. – O Boreal Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 8 (oito) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição (conforme abaixo definido) da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 2 (dois) anos, mediante proposta do Administrador (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de Quotas (conforme definido no Item 7.1.1. deste Regulamento).

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a ~~seus Quotistas, por meio de investimentos, diretos e/ou indiretos, em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e~~

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

valores mobiliários conversíveis e/ou permitíveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. - Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. - Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. - Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os Investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Administrador, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido) serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. - Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros

19 MAR 08 714416

encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. - Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. - Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. - O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

4.6. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no Inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimento"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 4 (quatro) anos. Durante o Período de Investimento, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

e/ou nas Companhias Investidas que atendam os critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Administrador.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão do Administrador, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Administrador e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Observado o disposto no item 6.2. abaixo, na hipótese de o Administrador entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo (cada, uma "Emissão"), após a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembléia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO
CLÁUSULA SEIS DO PATRIMÔNIO TOTAL - RJ
E DAS NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio do Fundo ("Patrimônio") é formado por Quotas de uma única classe, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão. O patrimônio autorizado do Fundo corresponde a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Patrimônio Autorizado").

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Prazo de Integralização").

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de Quotas do Fundo após a primeira Emissão de Quotas do Fundo ("Novas Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, ao passo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

**CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO,
SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS**

19 MAR 08 714416

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe. Entende-se por "Quotas" as Quotas da Primeira Emissão do Fundo em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo contratado Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada Emissão será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.2. – As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.5. – Integralização das Quotas

7.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da Integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. – Na medida em que o Administrador (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

7.5.3. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

7.5.5. – O procedimento disposto nos ~~itens 7.5.4 e 7.5.5~~ ^{item 7.5.4} acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento (o "Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo, nos termos descritos no item 6.2.2. acima e no item 7.9.5. abaixo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

19 MAR 08 7 14 16

REGISTRADO E MICROFILMADO
7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente,

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. - Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

7.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesse mercado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

7.9.5. – Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão, reciprocamente, o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas. Neste caso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

- (i) caso algum dos Quotistas (o Quotista Alienante) deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade, o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas, por escrito, com cópia para o Administrador, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro como contraprestação à referida alienação de Quotas, além do nome e qualificação de tal terceiro comprador;
- (ii) observado o disposto no item 7.6.1. acima, os demais Quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no inciso anterior, para, alternativamente, e por meio de comunicação por escrito ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, (a) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a compra e venda das Quotas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no Inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Compra") ou (b) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para venda de suas Quotas em conjunto com as Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a venda de suas Quotas e das Quotas objeto da proposta de venda, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Venda"). Havendo vários Quotistas interessados, a quantidade de Quotas que cada um terá o direito de adquirir ou vender, conforme o caso, será proporcional à participação total dos Quotistas interessados no Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) a falta de manifestação por qualquer dos outros Quotistas nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele(s) Quotistas, de que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe para aquisição ou venda das Quotas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação a um terceiro, dentro de um prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos outros Quotistas. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas (dentre os inicialmente comunicados aos outros Quotistas e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas;

- (iv) a partir do momento em que todos os Quotistas declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro dos 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira;
- (v) transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iii) acima, sem que as Quotas tenham sido alienadas, e continuando o Quotista Alienante Interessado na transferência, deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

7.9.6. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefícios de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. - Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xii) aprovar despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

- (xiii) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. – A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo o edital de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. – A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas, em primeira convocação, por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos Quotistas presentes, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. - Constituição encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (I) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (II) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (III) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (IV) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (V) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (VI) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (VII) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (VIII) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (IX) quaisquer despesas de qualquer valor inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (X) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

- (xi) despesas de qualquer valor com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – Durante ou até o último dia útil do Período de Desinvestimento, a liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Administrador, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado e gerido pela **BOREAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.280.184/0001-51 ("Administrador").

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador poderá renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra Instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.



19 MAR 08 7 14 16

REGISTRADO E MICROFILMADO
DO INSTITUTO CARLOS CHALGRI

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no Item 14.2 acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento. A Taxa de Administração será provisionada mensalmente e será paga ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;

19 MAR 08 714416

- REGISTRADO E MICROFILMADO
NO DE JANEIRO CAPITAL
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas, cominações impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
 - (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
 - (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
 - (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
 - (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
 - (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
 - (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
 - (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;

19 MAR 08 714416

- REGISTRADO E MICROFILMADO
Nº DE CARTÃO: 00000000000000000000
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/Informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
 - (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
 - (xiv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas; e
 - (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembléia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:

(a) no exterior;

(b) na aquisição de bens imóveis; e

(c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

19 MAR 08 714416

REGISTRADO E MICROFILMADO

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. - As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. - O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

17.5. - O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (CVMweb), as informações previstas nesta Cláusula Dezesete, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas.

18.2. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. - Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última

19 MAR 08 714416

hipótese, o Administrador deverá ser informado, por escrito, de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. – Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("Câmara"), de acordo com o regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara").

18.4.1. – A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

18.4.2. – Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

18.4.3. – Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

18.4.4. – Em face da presente cláusula compromissória acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

ANEXO IV AO PROSPECTO

Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03



DECLARAÇÃO

BOREAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 600, sala 205, Jardim Botânico, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.280.184/0001-51, na qualidade de instituição administradora do **BOREAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo") e responsável pela distribuição pública da segunda emissão de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2008.


BOREAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

RONALDO BORGES
CPF: 093.301.197-00

SERGIO SANTOS DE A. DIAS
CPF Nº 818.788.247-00